

Orçamento será cortado em NCz\$ 8,5 bilhões

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — O governo terá que cortar NCz\$ 8,5 bilhões do orçamento aprovado pelo Congresso para cumprir a determinação de limitar a emissão de títulos à necessidade de cobrir as despesas com encargos da dívida pública. Pelo menos dois ministérios serão afetados diretamente por este corte de gastos, o das Comunicações e o dos Transportes, porque a maior parte de suas receitas, na primeira versão do orçamento, provinha da emissão de títulos da dívida pública.

A Medida Provisória 32, que criou o Plano Verão, determinou que o governo só poderá gastar o que arrecada, mas permite a emissão de papéis para rolagem e pagamento dos títulos da dívida pública. Na primeira revisão do Orçamento Geral da União, os técnicos constataram que NCz\$ 18,5 bilhões, do total de NCz\$ 77,8 bilhões de receita previstos, têm origem na colocação de títulos. Ainda nesse primeiro levantamento, os técnicos estimam que apenas NCz\$ 10 bilhões serão gastos com encargos da dívida e, portanto, os restantes NCz\$ 8,5 bilhões deverão ser cortados, para cumprir a legislação.

Os técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento necessitam de pelo menos 30 dias para refazer o orçamento aprovado pelo Congresso, que sofreu vetos do presidente José Sarney e foi alterado também pelas novas condições

econômicas criadas com o Plano Verão. Eles estão preparando a nova versão com vários cenários para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) e da inflação em 1989. "São apenas cenários, e qualquer vazamento pode gerar especulações", diz o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antonio Gonçalves. Segundo ele, somente depois que os técnicos concluírem qual será o cenário utilizado, será aconselhável a divulgação das metas do governo para a economia.

Sobre o peso do custo dos juros da dívida no déficit público, Gonçalves assegura que o Tesouro tem fôlego suficiente para manter a taxa elevada enquanto for necessário. O ministro Mailson da Nóbrega adianta que é possível manter uma taxa de juros alta até março, sem aumentar o custo da dívida, e prevê que este prazo poderá ser estendido, graças ao ganho de arrecadação tributária provocado pela queda da inflação. O secretário do Tesouro lembra ainda que 60% do estoque da dívida pública mobiliária estão no Banco Central e que as altas taxas praticadas no over atingem apenas o que está no mercado. "A melhor demonstração de que as finanças estão sob controle é a redução do volume de LFTs que serão colocadas no leilão de quarta-feira", completa. Nos dois leilões anteriores, o Tesouro colocou NCz\$ 1,7 bilhão de LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) em cada um, para levantar recursos para rolagem da dívida, e no próximo, que se realiza amanhã, serão ofertados NCz\$ 1,4 bilhão desses títulos.